

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

1. Identificação da Necessidade

A Subcoordenação de Material e Patrimônio identificou a necessidade de aquisição de equipamentos de informática para atendimento das demandas tecnológicas, administrativas e operacionais do Conselho Federal de Farmácia – CFF, visando garantir melhorias nas atividades de videoconferência, comunicação institucional, produção de conteúdo audiovisual e processamento computacional avançado.

2. Motivação da Contratação

A aquisição busca atender necessidades operacionais essenciais, relacionadas a:

- Modernização e padronização do parque tecnológico;
- Suporte às atividades de comunicação institucional e eventos remotos;
- Atividades de edição de vídeo, modelagem 3D e produção audiovisual;
- Melhoria da produtividade das unidades técnicas;
- Renovação de equipamentos defasados, conforme demanda registrada pelas áreas internas.

A contratação favorece a continuidade e a eficiência dos serviços administrativos, eliminando riscos de indisponibilidade de equipamentos e garantindo a aderência aos padrões técnicos necessários às rotinas do órgão.

3. Soluções Possíveis

Foram avaliadas três alternativas:

a) Adesão a Ata de Registro de Preços (ARP)

Descartada, em razão de inexistência de ARPs vigentes com especificações equivalentes aos itens demandados.

b) Desenvolvimento interno de solução

Impraticável, uma vez que a natureza do objeto envolve aquisição de bens produzidos exclusivamente por fornecedores especializados.

c) Pregão Eletrônico (art. 28, I, Lei 14.133/2021) – Solução escolhida

Adequada pela natureza de **bens comuns**, garantindo:

- ampla competitividade;
- disputas por lances;
- celeridade na contratação;

- economicidade;
- contratação de itens amplamente disponíveis no mercado.

4. Descrição da Solução Recomendável (Art. 6º, IN 58/2022)

A solução consiste na aquisição de:

- Equipamentos de videoconferência;
- Notebooks corporativos;
- MacBook Pro com chip Apple M4;
- Teleprompter portátil;
- HD externo de 10TB.

Os itens deverão atender integralmente às especificações técnicas definidas Documento de Formalização da Demanda e suas alterações, contemplando:

- certificação e comprovação técnica;
- garantia mínima de três anos (quando aplicável);
- entrega única;
- suporte técnico adequado;
- compatibilidade com softwares institucionais.

5. Requisitos da Contratação

Requisitos funcionais:

- Equipamentos compatíveis com softwares utilizados pelo CFF (Zoom, Teams, Office 365 etc.);
- Capacidade de processamento adequada às atividades administrativas e audiovisuais.

Requisitos de desempenho:

- Alta resolução (4K) para videoconferências;
- Notebooks com processadores de última geração;
- Armazenamento SSD NVMe;
- Garantia mínima de 3 anos.

Requisitos legais e administrativos:

- Procedimento a ser realizado via **Pregão Eletrônico**;
- Critério de julgamento: **menor preço por item**.

6. Estimativa de Preços

A estimativa de preços foi elaborada conforme:

- **IN SEGES nº 65/2021**;

- Consulta a plataformas oficiais de compras (Compras.gov.br), conforme consta no Relatório de Pesquisa da Preços 0837266/0837267

Valor estimado total: R\$ 65.036,83 (sessenta e cinco mil trinta e seis reais e oitenta e três centavos).

7. Benefícios Esperados

- Melhoria da comunicação institucional e das transmissões audiovisuais;
- Redução de retrabalho e de falhas decorrentes de equipamentos obsoletos;
- Maior produtividade nas rotinas administrativas e técnicas;
- Melhoria da qualidade das reuniões, eventos e gravações;
- Adequação tecnológica do órgão às suas demandas institucionais.

8. Riscos Identificados e Estratégias de Mitigação (Art. 6º, VIII, IN 58/2022)

Resumo do Mapa de Riscos do TR:

Risco	Prob.	Impacto	Mitigação
Atraso na entrega	Média	Alta	Multas; verificação contratual
Equipamento fora da especificação	Baixa	Alta	Conferência técnica e diligências
Falhas na garantia	Média	Médio	Exigir substituição
Erros de conferência	Baixa	Alta	Checklist técnico
Oscilação de preços	Média	Médio	Pesquisas atualizadas
Danos no transporte	Baixa	Alto	Embalagem lacrada e conferência
Documentação incompleta	Baixa	Médio	Diligências e SICAF

As estratégias seguem o previsto nos arts. 11, 18 e 42 da Lei 14.133/2021.

9. Alinhamento à Governança das Contratações (Art. 6º, IX, IN 58/2022)

A contratação está alinhada:

- ao planejamento anual de compras;
- às diretrizes de governança estabelecidas pelo CFF;
- ao art. 11 da Lei 14.133/2021 (gestão de riscos e integridade);
- às políticas institucionais de tecnologia da informação e comunicação.

10. Justificativa da Elaboração de Estudo Técnico Complementar (Art. 14, IN 58/2022)

A elaboração deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) é necessária e obrigatória, conforme previsto no art. 6º, inciso IV, e art. 14 da IN SEGES nº 58/2022, tendo em vista que:

- a contratação envolve bens de natureza tecnológica, que demandam análise prévia de requisitos funcionais, de desempenho e de compatibilidade(0835690);
- há necessidade de avaliação das alternativas possíveis de atendimento da demanda, assegurando aderência ao planejamento institucional(0835690)
- é imprescindível a identificação e tratamento dos riscos que possam comprometer a entrega dos equipamentos ou sua funcionalidade;
- o ETP subsidia tecnicamente a elaboração do Termo de Referência, permitindo que o objeto seja

especificado de forma adequada, clara e alinhada às necessidades das unidades usuárias(0835690);

- a contratação possui impacto direto sobre a infraestrutura tecnológica do CFF, tornando necessária a análise preliminar para verificar economicidade, padronização e conformidade com a política de governança das contratações(0835690).

Assim, o presente ETP atende ao caráter **preventivo e estruturante** determinado pela IN SEGES nº 58/2022, configurando-se como etapa indispensável para a formalização do procedimento licitatório.

11. Conclusão

Diante da análise e conforme os elementos apresentados, conclui-se que:

- a contratação é necessária;
- a solução é adequada ao problema identificado;
- o Pregão Eletrônico é o rito legalmente obrigatório e mais vantajoso;

Assim, recomenda-se o prosseguimento do processo para realização do **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento **menor preço por item**.

Responsáveis pela elaboração

Subcoordenação de Material e Patrimônio

Coordenação do Gabinete da Diretoria e Presidência

Apêndice I: Mapa de Riscos

MAPA DE RISCOS (Lei 14.133/2021)

Processo SEI/CFF nº 25.0.000006413-3

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática.

1. Metodologia Aplicada

Elaboração conforme art. 11, inciso III, art. 18, VI e art. 42 da Lei 14.133/2021, utilizando matriz de riscos baseada em:

probabilidade (Baixa, Média, Alta)

impacto (Baixo, Médio, Alto)

natureza do risco (fornecedor, administrativo, contratual, logística, mercado)

2. Matriz de Riscos

2.1 Riscos relacionados ao Fornecedor

Nº	Risco Identificado	Prob.	Impacto	Consequências	Estratégias de Mitigação	Responsável
1	Atraso na entrega dos equipamentos	Média	Alto	Prejuízo à continuidade das atividades de TI e comunicação institucional	Cláusula de multa (art. 156 da Lei 14.133); exigência de justificativa formal; possibilidade de rescisão	Fornecedor / Fiscal
2	Fornecimento de equipamentos fora das especificações	Baixa	Alto	Inutilização do item; necessidade de devolução; atraso no recebimento definitivo	Conferência técnica; diligências; exigência de marca/modelo na proposta	Fiscalização / Demandante
3	Recusa ou demora na realização da garantia	Média	Médio	Paralisação de atividades dependentes do equipamento	Exigir cumprimento dos prazos da garantia (TR, item 6); substituição temporária	Fornecedor

2.2 Riscos relacionados à Administração

Nº	Risco	Prob.	Impacto	Consequências	Mitigação	Responsável
4	Falha na conferência de especificações no recebimento	Baixa	Alto	Aceitação de itens em desacordo; prejuízo funcional	Capacitação da equipe de recebimento; checklist técnico	Fiscal
5	Atraso no atesto ou pagamento	Baixa	Médio	Reclamação do fornecedor; risco de paralisação	Atesto eletrônico SEI (TR, item 8.4); cronograma interno	CFF / Financeiro

2.3 Riscos de Mercado

Nº	Risco	Prob.	Impacto	Consequências	Mitigação
6	Oscilação de preços de informática	Média	Médio	Divergência entre orçamento estimado e valores ofertados	Pesquisa de preços atualizada (IN 65/2021)
7	Descontinuidade de modelos (tecnologia)	Média	Alto	Item substituído por novo modelo sem equivalência	Exigir equivalência técnica comprovada; diligência

2.4 Riscos Logísticos

Nº	Risco	Prob.	Impacto	Consequências	Mitigação
8	Danos ao equipamento no transporte	Baixa	Alto	Perda de qualidade e funcionamento	Exigir embalagem lacrada (TR, item 5.3); verificar no ato da entrega
9	Entrega em local diverso/horário inadequado	Baixa	Baixo	Retrabalho e atraso no recebimento	Endereço definido (TR, item 5.2); conferência

2.5 Riscos Contratuais

Nº	Risco	Prob.	Impacto	Consequências	Mitigação
----	-------	-------	---------	---------------	-----------

Nº	Risco	Prob.	Impacto	Consequências	Mitigação
10	Documentação incompleta na habilitação	Baixa	Médio	Atraso no processo; inabilitação	Verificação automática no SICAF; diligências
11	Descumprimento de especificações técnicas	Média	Alto	Rejeição do item e atraso no ciclo de recebimento	Exigir documentação oficial do fabricante (TR item 1.3)

3. Matriz de Probabilidade x Impacto

Probabilidade / Impacto	Baixo	Médio	Alto
Alta	—	Risco 6	Risco 1, 7
Média	—	Risco 3, 11	Risco 2
Baixa	Risco 9	Risco 4, 5, 10	Risco 8

4. Plano de Resposta aos Riscos

Prevenir: Checagem técnica rigorosa, diligências, análise de propostas.

Mitigar: Atesto provisório e definitivo conforme TR; exigência de garantia adequada; acompanhamento ativo.

Transferir: Multas contratuais; responsabilidade civil da contratada.

Aceitar: Riscos de mercado inevitáveis e os de baixa criticidade.

5. Monitoramento Contínuo

O acompanhamento será realizado pelos fiscais nomeados por Portaria (TR, item 9.1), que deverão:

registrar ocorrências no SEI;

comunicar desvios imediatamente;

solicitar correções, substituições ou penalidades;

acompanhar prazos de garantia e manutenção.

Brasília, 27 de novembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Jose Pereira Leão, Subcoordenadora de Materiais e Patrimônio**, em 27/11/2025, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Glaucia Costa de Moraes, Coordenadora do Gabinete da Presidência e Diretoria**, em 08/05/2026, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **0900451** e o código CRC **B4F929E6**.